

CORREIO ECONÔMICO

Wilson Dias/Agência Brasil



Segundo Mdic, é cedo para falar em mudança estrutural

Exportações para Estados Unidos caem 14% em maio

As exportações brasileiras para os Estados Unidos caíram 14% em maio na comparação com o mesmo mês de 2025, divulgou nesta quarta-feira (3) o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Desde agosto do ano passado, quando começaram a vigorar as tarifas impostas pelo governo do presidente Donald Trump, as vendas para o mercado estadunidense vêm recuando.

Apesar da queda, o diretor de Estatísticas e Estudos de Comércio Exterior do Mdic, Herlon Brandão, diz que os números ainda não permitem concluir que houve uma mudança estrutural na relação comercial entre os dois países.

Diretor comenta sobre as incertezas

“Fluxos no comércio exterior levam tempo para se adaptar, depende muito da composição da pauta, tem bens sob encomenda que sofrem choque maior, mas commodities e alimentos não, como é o caso de grande parte do perfil da pauta com Estados Unidos, com petróleo, celulose, combustível, carne, café. Tem um momento de aumento de custo, pode ser que cause retratação do fluxo, mas pode retomar rapidamente”, afirmou Brandão.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Anúncio foi feito pelo ministro do Turismo

Crédito a microempreendedoras

Microempresárias do setor de turismo vítimas de violência doméstica ou de gênero poderão pedir a suspensão temporária dos pagamentos de financiamentos obtidos por meio do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), bem como a ampliação dos prazos de carência.

As mudanças nas regras do fundo criado para oferecer suporte financeiro a empreendimentos e políticas públicas de desenvolvimento do setor foram anunciadas nesta quinta-feira (4), pelo ministro do Turismo, Gustavo Feliciano.

Suporte econômico às vítimas

Segundo a pasta, o objetivo das condições especiais de crédito é oferecer proteção e suporte econômico às vítimas de violência. “A medida vai permitir que as mulheres que enfrentam momento difícil contem com carência maior nos financiamentos do Fungetur, dando estabilidade para preservar seus negócios e, depois, voltar a arcar com as parcelas”, afirmou Feliciano.

Bolsa e dólar I

A bolsa brasileira fechou em forte queda, e o dólar avançou mais de 1% na quarta, num dia marcado pela aversão global ao risco. As negociações foram dominadas pela escalada das tensões no Oriente Médio e pelo aumento das preocupações com novas tarifas comerciais dos EUA sobre o Brasil.

Bolsa e dólar II

O Ibovespa, principal índice da B3, recuou 2,22%, e fechou o quarta-feira aos 170.330 pontos. O dólar comercial subiu 1,14%, encerrando o pregão a R\$ 5,067.

O movimento refletiu a busca por ativos considerados mais seguros e a redução da exposição a mercados emergentes.

Divergências I

A Receita Federal identificou divergências em aproximadamente R\$ 44 bilhões em créditos do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) declarados por cerca de 12 mil empresas. Os contribuintes serão orientados a regularizar as informações.

Divergências II

Segundo o órgão, a medida busca garantir que os créditos sejam corretamente reconhecidos e possam ser utilizados sem impedimentos durante a transição para a reforma tributária, que substituirá os dois tributos pela CBS a partir de 2027. Segundo a Receita, as inconsistências foram encontradas nos créditos informados pelas empresas

Brasil Soberano I

As empresas afetadas pelas tarifas impostas pelos EUA ou pelos impactos dos conflitos no Oriente Médio terão mais facilidade para aderir ao Plano Brasil Soberano. O governo federal reduziu de 5% para 1% o percentual mínimo de impacto no faturamento exigido para que empresas possam pedir linhas de crédito.

Brasil Soberano II

A mudança foi oficializada nesta quarta-feira (3) por meio de portaria conjunta dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). As novas regras passam a valer a partir da próxima segunda-feira (8). A ampliação beneficia dos grupos 1 e 3 do Plano Brasil Soberano.



O veto deve entrar em vigor a partir do dia 3 de setembro

UE oficializa veto à carne brasileira em setembro

Também estão na lista do Bloco mel, tripas e peixe

Da Redação

A União Europeia (EU) oficializou sua decisão de proibir a importação de carnes, tripas, peixe e mel produzidos no Brasil. O veto deve entrar em vigor a partir do próximo dia 3 de setembro.

Anunciada há quase um mês, poucos dias após a entrada em vigor provisória do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, a decisão de excluir o Brasil da lista de países autorizados a exportar esses produtos para os países do bloco europeu foi confirmada em um documento oficial publicado no Diário Oficial da UE na sexta-feira (5).

Segundo a Comissão Europeia, o Brasil não conseguiu comprovar que seus produtores atendem às algumas das exigências sanitárias europeias, especialmente que não utilizam, ao longo de toda a cadeia produtiva, medicamentos antimicrobianos para tratar e prevenir infecções em animais.

Em abril deste ano, o governo brasileiro proibiu parte dos antimicrobianos comprovadamente usados para estimular o crescimento e aumentar a produtividade animal, mas a União Europeia avaliou que ainda faltam garantias adicionais.

As regras sobre o uso de antimicrobianos fazem parte da política europeia de segurança alimentar e saúde pública conhecida como One Health, criada para combater

o uso excessivo de antibióticos no mundo. Entre os produtos restritos pelos europeus estão substâncias como virginamicina, avoparcina, tilosina, espiramicina, avilamicina e bacitracina.

A União Europeia é um dos principais mercados para as proteínas animais brasileiras. No caso da carne bovina, o bloco europeu aparece entre os maiores destinos das exportações brasileiras em valor.

A cautela europeia não significa necessariamente que a carne brasileira esteja contaminada por medicamentos. O principal ponto da decisão europeia é regulatório e envolve rastreabilidade sanitária, certificação e comprovação documental sobre o uso dos medicamentos.

Para voltar à lista dos países autorizados a vender os produtos vetados, o Brasil precisará comprovar que cumpre integralmente as regras europeias durante todo o ciclo de vida dos animais exportados. Para isso, o país pode ampliar ainda mais as restrições legais aos medicamentos ou criar mecanismos mais rígidos de rastreabilidade para provar que os produtos exportados não utilizam as substâncias proibidas na Europa.

A segunda alternativa é considerada mais complexa porque exige monitoramento detalhado da cadeia produtiva, certificações sanitárias adicionais e custos maiores para produtores e frigoríficos.